

## Principais Descobertas

A 12 de Setembro de 2001, a Campanha Internacional para a Proibição das Minas Terrestres (ICBL – em inglês - International Campaign to Ban Landmines) laureada pelo prémio Nobel da Paz, divulgará o terceiro relatório anual da sua iniciativa Monitor de Minas, o Relatório do Monitor de Minas 2001 : Rumo a um Mundo Livre de Minas (em inglês *Landmine Monitor Report 2001: Toward a Mine-Free World*), de 1,175 páginas. Este é o relatório mais abrangente sobre a situação global de minas terrestres de sempre, contendo informações sobre todos os países do mundo a respeito da utilização, do comércio, da armazenagem, da desminagem humanitária e da assistência aos sobreviventes.

O Monitor de Minas é uma iniciativa sem precedentes da ICBL para controlar a aplicação e o cumprimento do Tratado de Proibição de Minas de 1997, e de forma mais geral, avaliar os esforços da comunidade internacional para resolver o problema ligado às minas. O Relatório do Monitor de Minas 2001 focaliza-se sobre o período de inquérito entre Maio de 2000 e meados de 2001.

É evidente através da profusão da informação do Monitor de Minas 2001, que o Tratado de Proibição de Minas de 1997 e de maneira geral o movimento de proibição, estão a ter globalmente um impacto substancial.

**Este progresso é demonstrado por :**

- **Um número cada vez maior de Governos que aderem ao Tratado de Proibição de Minas.** Um total de 119 países ratificaram e 22 suplementares o assinaram, constituindo assim três quartos das nações do mundo; desde o último relatório do Monitor de Minas, 19 países ratificaram ou aderiram (um processo que combina a assinatura e a ratificação).
- **A utilização reduzida** da arma nos últimos anos. Este foi o resultado da estigmatização da arma em alguns casos, mas reflecte também um número reduzido de conflitos. Comparando com o período de inquérito anterior, os combates menos intensos na Chéchénia, o fim dos conflitos na Etiópia - Eritreia, no Kosovo e na República Democrática do Congo, implicaram um decréscimo da utilização de minas globalmente.
- Cifra duradoura e largamente citada de 26 000 novas vítimas por ano. Foram registadas importantes reduções nos números de vítimas em algumas das zonas gravemente minadas em 2000, incluindo o Afeganistão, Camboja, Croácia e Kosovo.
- Uma **queda substancial da produção.** O número de produtores baixou de 55 para 14 nos últimos anos; o relatório deste ano, o Monitor de Minas, retirou a Turquia e a Jugoslávia, ambos não-signatárias do Tratado de Proibição de Minas, da lista de produtores.

- Uma **interrupção quase completa do comércio**. Nem um só carregamento de minas antipessoais (incluindo os não-signatários do Tratado de Proibição de Minas) foi identificado durante este período de inquérito, ou mesmo desde 1998, altura em que o Monitor de Minas foi criado.
- **Acréscimo da destruição das minas antipessoais armazenadas**. Mais de 27 milhões de minas antipessoais foram destruídas por mais de 50 nações, incluindo 5 milhões durante este período de inquérito; um total de 28 Estados Partes ao Tratado de Proibição de Minas completaram a destruição dos seus arsenais de minas antipessoais, incluindo oito durante este período de inquérito.
- **Acréscimo dos fundos para as acções humanitárias contra as minas**. As principais nações doadoras forneceram mais de \$221 milhões (dólares americanos) apenas em 2000, um acréscimo de cerca de \$19 milhões em relação a 1999, e mais de \$1 bilião desde 1993.
- **Mais terra desminada**. Em 2000, oito dos maiores programas de desminagem/remoção de engenhos explosivos desminaram um total de mais de 185 milhões de metros quadrados de terra, inclusive no Afeganistão, Angola, Bósnia Herzegovina, Camboja, Croácia, Kosovo, Laos e Moçambique.

### **As descobertas principais adicionais do Monitor de Minas 2001, são :**

- A pesquisa do Monitor de Minas identificou **90 países afectados** a um certo nível pelas minas e/ou os engenhos explosivos. A Bulgária completou a desminagem e é agora considerada como livre de minas. Novas colocações de minas na ex - República Jugoslava da Macedónia e no Uzbequistão fizeram com que estes fossem adicionados às nações afectadas pelas minas. Uma nova inspecção em El Salvador, que se tinha anteriormente auto-declarado como livre de minas, identificou 53 locais afectados por minas e engenhos explosivos.
- A pesquisa de Monitor de Minas indicou que houve **novas vítimas de minas ou engenhos explosivos em 73 países** em 2000 e 2001 (até Maio). A maioria desses países estava em tempo de paz e não em guerra. O maior número de novas vítimas neste período parecem ser oriundas do Afeganistão, Índia, Angola, Camboja, Norte do Iraque e provavelmente Birmânia. Cifras significativas de novas vítimas também foram descobertas na Chéchenia, Irão, Etiópia, Sri Lanka e provavelmente no Vietname.
- **Estão a ser levados a cabo programas organizados de acção contra as minas em 34 países**. A desminagem a vários níveis foi realizada em outros 42 países.
- **Foi completada em Julho de 2000, a primeira e inovadora Inspeção**

**nacional de Impacto das Minas no lémene;** Foram completadas Inspeções adicionais de Impacto das minas na Tailândia, no Chade e em Moçambique. No total, 30 países assim como a Abcázia e o Kosovo foram submetidos a um determinado tipo de inspeção ou avaliação relativa às minas em 1997.

- Até meados de 2001, não era visível que as minas antipessoais estivessem a ser utilizadas em larga escala em nenhum conflito. **A utilização mais regular ocorreu provavelmente na Rússia (Chechénia), Sri Lanka e Birmânia.** Neste três casos, tanto o Governo como as forças rebeldes estão a utilizar minas antipessoais. Foram recebidos relatos indicando que o Uzbequistão continuava a minar as suas fronteiras até Junho de 2001. O tipo de utilização generalizada que se verificou na R.F. da Jugoslávia / Kosovo em 1999 e na Rússia /Chéchénia no auge do conflito em 1999 e princípios de 2000, não é evidente que se tenha repetido durante o actual período de inquérito em qualquer lugar que seja. É no entanto aparente, que a utilização de minas aumentou num certo número de países, nomeadamente no Sri Lanka pelo Governo e as forças rebeldes, na Colômbia pelas guerrilhas e na Namíbia pelos rebeldes angolanos (UNITA) e pelas forças governamentais angolanas.
- Neste período de inquérito do Monitor de Minas (desde Maio de 2000), confirma que tenha havido **novas utilizações de minas antipessoais em 23 conflitos por cerca de 15 Governos e pelo menos 30 grupos rebeldes/ actores não estatais.**
- A maior parte das utilizações de minas antipessoais durante este período de inquérito foram o seu uso permanente em conflitos duradouros. No entanto, **as mudanças na utilização em relação ao ano passado incluem: a recente utilização de Minas na Ex-R.F. Jugoslava da Macedónia; a colocação de minas em território do Tajiquistão, um Estado parte ao Tratado de proibição de Minas, por forças russas na fronteira Tajiquistão - Afeganistão; A colocação de Minas pelo Uzbequistão na sua fronteira com o Tajiquistão e o Quirguistão; e facto do Quirguistão ser referido como tendo colocado minas na sua fronteira com o Tajiquistão.** O Monitor de Minas crê também que é provável que as forças nepalesas, especialmente a polícia, esteja a utilizar minas contra os rebeldes maoístas que regularmente utilizam minas artesanais.
- **Seis governos reconheceram ter utilizado minas neste período. UM, Angola, é signatária do Tratado de Proibição de Minas.** Os cinco outros são não signatários: **Eritreia, Myanmar /Birmânia, Rússia, Sri Lanka e Uzbequistão.** A Eritreia declarou que não utilizou minas desde o final do seu conflito fronteiriço com a Etiópia em Junho de 2000. A utilização manteve-se no caso de outros Governos.
- Mais inquietantes ainda, foram os relatórios que o Monitor de Minas recebeu indicando uma **forte probabilidade de utilização de minas**

**antipessoais pelo Uganda, um Estado Parte ao Tratado de Proibição de Minas**, na República Democrática do Congo (RDC) em Junho de 2000. O Uganda tornou-se Estado Parte ao Tratado de Proibição de Minas em Agosto de 1999. O Monitor de Minas crê que estas alegações credíveis e sérias merecem uma atenção urgente dos Estados Partes, que deveriam consultar o Governo do Uganda e outros actores pertinentes de modo a obter clarificações, estabelecer os factos e resolver estas questões de cumprimento do Tratado de Proibição de Minas. O governo do Uganda negou ter utilizado minas antipessoais na RDC.

- O Monitor de Minas acredita que é provável que dois **signatários** do Tratado de Proibição de Minas, **Etiópia e Sudão** tenham utilizado minas antipessoais. Houve alegações sérias, mas não confirmadas, de utilização pelo **Ruanda** na RDC em Junho de 2000 na altura em que ainda era apenas signatário do Tratado (agora é um Estado Parte) e o **Burundi**, um outro signatário do Tratado. Os quatro governos negaram a utilização.
- O Monitor de Minas crê também que é verdade que os seguintes **não signatários** tenham utilizado minas antipessoais: **R.D. do Congo, Israel, Nepal e Quirguistão**. Oficiais da R.D. do Congo e do Nepal negaram esta utilização. Israel reconheceu a utilização de minas antipessoais anteriormente à sua retirada do Líbano Sul em Maio de 2000, e aparentemente continuou a utilização de minas nos territórios Palestínianos ocupados, alegadamente num dos casos, sem ter utilizado vedação ou sinalização como o requer o Protocolo II Revisto da Convenção sobre Armas Convencionais.
- Adicionalmente aos casos de utilização mencionados acima, houve utilização constante de minas no Afeganistão pelas forças de oposição da Aliança Norte, na **Caxemira** por grupos militantes, nas **Filipinas** por três grupos rebeldes, no **Senegal** por forças rebeldes, no **Uganda** por forças rebeldes, na Somália por várias facções, na **Geórgia / Abcázia** e na **Jugoslávia** por actores não estatais.
- O Monitor de Minas avaliou que existem **cerca de 230 – 245 milhões de minas antipessoais nos arsenais de cerca de 100 nações**, sendo os maiores arsenais, os da China (110 milhões), da Rússia (60-70 milhões), dos Estados Unidos (11.2 milhões), da Ucrânia (6.4 milhões), do Paquistão (6 milhões), da Índia (4-5 milhões) e da Bielorrússia (4.5 milhões).
- **Vinte e dois Estados Partes completaram totalmente a destruição dos seus arsenais de minas antipessoais**, e outros 19 estão no processo de o fazer. Dezassete Estados Partes ainda têm que começar a destruição, que deve ser completada quatro anos após a entrada em vigor do Tratado em cada uma dessas nações. O fim do prazo para muitas nações será 2003.

Um total de 122 investigadores do Monitor de Minas em 95 países recolheram e analisaram sistematicamente informações de uma grande variedade de fontes para realizar este relatório abrangente. O livro inclui também apêndices com os relatórios dos principais actores do movimento de proibição das minas, como as agências da ONU, organizações regionais, o Comité Internacional da Cruz Vermelha, o Centro de Inspeção e Acção e o Centro Internacional para a Desminagem Humanitária de Genebra.

A ICBL recebeu o Prémio Nobel da Paz pelos seus esforços para erradicar as minas antipessoais. O Monitor de Minas é uma iniciativa coordenada por um “grupo de pilotagem” (Core Group) composto de cinco organizações membros da ICBL. A Human Rights Watch é a organização líder e os outros incluem a Handicap International (Bélgica), a Kenya Coalition Against Landmines, a Mines Action Canada e a Ajuda Popular da Noruega.